

Desindustrialização no Brasil: Aspectos Teóricos e Empíricos

Lucas Mikael da Silva dos Santos¹

RESUMO

Este artigo tem como pretensão apresentar as principais visões da literatura econômica brasileira sobre o processo denominado como desindustrialização. Para atingir esse objetivo, o estudo utilizou a revisão bibliográfica como método de pesquisa. O trabalho demonstrou que existem diversas linhas de pensamento na discussão: como, por exemplo, o grupo liderado pelos chamados “novos-desenvolvimentistas”, que destacam a causa nefasta da apreciação cambial e da abertura financeira/comercial das últimas décadas para o país, afetando não apenas as atividades industriais, como também o desenvolvimento econômico a longo prazo da sociedade; ou, como contraponto, os adeptos ao pensamento econômico ortodoxo, argumentando que as reformas macroeconômicas, adotadas pela nação a partir da década de 1990, não tiveram um impacto negativo para a indústria do país e que a valorização do câmbio modernizou e ampliou o parque industrial, pois possibilitou para a indústria brasileira aumentar as suas importações de máquinas e de equipamentos mais avançados. Por fim, o presente estudo recomenda, para as próximas pesquisas sobre o assunto, a investigação dos efeitos do regime cambial, da estrutura produtiva, do comércio internacional e do nível de crescimento econômico para as atividades industriais do país.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Brasileira, Atividade industrial, Indústria.

¹Mestrando em Economia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail: lucasmikael19@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O conceito sobre desindustrialização ainda é obscuro na literatura, existem inúmeras definições. Rowthorn e Ramaswamy (1998), destaca que o termo está ligado a redução contínua da parcela do emprego industrial no total de uma região. O trabalho de Tregenna (2009), amplia essa análise clássica desenvolvido pelos autores *op cit*, ao adotar também o exame da participação do valor adicionado da indústria no PIB nacional.

Segundo Almeida (2010), existe dois tipos de desindustrialização: i) absoluta, marcada pela queda absoluta do PIB agregado da indústria e; ii) relativa, queda ao longo do tempo da participação do valor adicionado industrial em relação no PIB nacional. Gonçalves (2011) e Silva (2014), destacaram a “doença holandesa” como motor da dinâmica.

O termo “doença holandesa”, tem sua origem ligada aos acontecimentos econômicos na Holanda (início dos anos de 1960), que foram marcados pelo aumento da influência econômica dos setores de recursos naturais, acompanhado pela queda da parcela do valor adicionado da indústria no produto do país.

Fonseca (2010) afirma que a desindustrialização é o fenômeno de substituir a produção local por produtos importados, o que gera o aumento do coeficiente de importação do país. Por outro lado, Serra (2011) enfatiza que o processo está coadunado com o setor da indústria de transformação.

Isto posto, o presente artigo, ao adotar uma natureza bibliográfica, tem como objetivo expor as visões empíricas e teóricas sobre a existência do processo de desindustrialização no Brasil e quais são os seus efeitos para a economia do país. O trabalho está dividido em três seções: introdução, desindustrialização em debate e conclusão.

DESINDUSTRIALIZAÇÃO EM DEBATE

Um dos primeiros estudos a analisar o processo de desindustrialização no Brasil, foi elaborado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. Segundo IEDI (2005), a economia brasileira estava passando por uma “desindustrialização negativa”, marcado pela queda

do emprego na indústria e da participação do valor adicionado do setor no produto nacional.

Kupfer (2005), em um trabalho semelhante, destaca que a partir das reformas liberalizantes ocorrida na década de 1990, a economia brasileira passou por grandes transformações. A abertura comercial, juntamente com a valorização cambial e a queda tarifária, acirrou a competição da indústria nacional com os produtos importados. Além disso, ocorreu também um processo de desocupações nas atividades industriais.

O autor destaca que a indústria brasileira apresenta gastos insignificantes nos investimentos de pesquisa e desenvolvimento. Segundo os dados do IBGE/PINTEC de 2000, apenas um terço das empresas nacionais implementaram algum regime inovativo em sua produção no fim do século XX.

Conforme Palma (2005), existem quatro características marcantes para justificar a desindustrialização no Brasil e em outros países. Em primeiro lugar, a partir da década de 1980, as políticas monetárias perpetuaram uma imposição descendente na relação entre a renda *per capita* e as ocupações industriais nos países industrializados. Este fato resultou na segunda particularidade, que foi manifestada pela queda da influência da segunda variável sobre a primeira, isto é, desde do começo dos anos 80, o emprego industrial não afeta significante o aumento da renda per capita dos países analisados pelo autor.

A terceira justificativa está relacionada a existência de um grupo de nações na qual o processo é marcado tanto pelo aumento das exportações dos produtos primários, como também pelo desenvolvimento dos setores de serviços. Por fim, Palma (1995) identificou que na América Latina a desindustrialização não está relacionada a “doença holandesa” tradicional, mas as políticas econômicas liberais adotadas a partir dos anos 90.

De acordo com Nakahodo e Jank (2006), é uma ideia simplista correlacionar o aumento da produção de *commodities* no país com a dinâmica da “doença holandesa”. Pois, a exportação desses produtos tem como retaguarda uma rede fabril de insumos, de maquinário e de processamento, além de apoiar inúmeros serviços de suporte.

Os autores afirmam também, que as teorias referentes ao processo de desindustrialização no Brasil são contestadas pelo superávit da balança comercial dos produtos que não considerados como *commodities* a partir de 2002 e pela recuperação das ocupações industriais desde a metade do ano de 2004.

Do ponto de vista de Loures *et al* (2006), as medidas macroeconômicas adotadas pelo país a partir de 1994, com a combinação de: câmbio valorizado, restrição dos dispêndios públicos em infraestrutura, altas taxas de juros e excessiva tributação, é uma política de “servidão consentida” que gerou a perda de competitividade do setor manufatureiro e, por conseguinte, retardou o crescimento da indústria do país.

De Negri *et al* (2006) destaca que a desindustrialização no Brasil apresenta como padrão, ao longo das últimas décadas, a perda da importância das atividades menos competitivas e a incorporação da tecnologia na estrutura produtiva do país, o que por consequência, alterou a organização do emprego.

Para os autores, a abertura comercial e a modernização das plantas industriais possibilitaram a economia brasileira ter um aumento na produtividade nos últimos anos. O estudo entende que as políticas de liberação econômica elaboradas a partir do governo Collor obtiveram também resultados positivos.

A pesquisa ainda salienta que a perda das ocupações industriais não prejudicou a quantidade de emprego no país. Pois, ao tempo que ocorreu o aumento do desemprego na indústria, os setores de serviços e comércio cresceram a sua demanda por trabalhadores. Os dados apontam uma expansão de 61% e 30%, respectivamente.

Com uma visão semelhante a De Negri *et al* (2006), em sua análise empírica e teórica sobre o assunto, Nassif (2006) afirma que as mudanças da estrutura econômica do país desde dos anos 90, não ocasionaram um processo de desindustrialização. O autor argumenta ainda, que não existem evidências que corroboram com essa tese.

Nassif (2006) demonstra também que o Brasil não sofreu um processo

parecido como ocorrido na economia da Holanda. Dado que não houve uma alocação generalizada de recursos produtivos para os setores de recursos naturais, nem uma especialização nas exportações agrícolas e de serviços.

No mesmo sentido, Schwartsman (2009) afirma que a tese sobre desindustrialização não se sustenta quando confrontadas com uma série de dados e que certas correntes de pensamento da literatura elaboram fatos que variam do tênue para o inexistente. Segundo o autor, ainda que o crescimento nas exportações de *commodities* se deve exclusivamente ao aumento no preço destes produtos e não existe evidências claras que o fato do país ter adotado uma apreciação cambial causou a queda da atividade industrial do mesmo.

Em contrapartida a esses argumentos, Nascimento *et al* (2009) destacam que a economia brasileira historicamente depende das exportações de *commodities* para manter seu dinamismo. A dependência no presente se tornou não apenas mais um processo estrutural, mas um fenômeno conjuntural.

Nascimento *et al* (2009) indagam durante sua pesquisa se esse modelo brasileiro voltado ao agronegócio, *commodities* e produtos intensivos sustentarão um crescimento econômico durante um longo período. Para eles, esse tipo de exportação tem sido suficiente apenas como meio de amparar as necessidades de importação.

Por sua vez, Bresser-Pereira (2010) ressalta que no fim da década de 1940, o setor industrial representava 40% do PIB nacional, em 1985 tinha a ordem de 36% e no ano de 2008 caiu para 16%. Para o autor, os economistas brasileiros quando se deparam com esses dados e continuam negando a existência do processo de desindustrialização no Brasil são adeptos das políticas macroeconômicas adotadas desde de 1992 e seguem o Consenso de Washington.

Visando contribuir ao debate, Bonelli e Pessôa (2010) demonstraram que, embora não sejam conclusivas, as evidências indicaram que a perda de importância da atividade industrial não é nítida. Primeiro, a queda da participação do valor adicionado do setor no PIB é menor quando são

corrigidas as séries expressas em preços constantes do IBGE/SCN que abordam o período de 1947 até o presente.

No que se refere ao emprego industrial, os números da PNAD sugerem que aumentou a proporção em relação ao total, no ano de 1992 a relação era da ordem de 12,8% e passou a ser de 14,4% em 2008. Os resultados da Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE), que envolve apenas as seis maiores Regiões Metropolitanas do país, apresenta uma queda percentual relevante, mas, como a atividade da indústria brasileira diversificou substancialmente ao longo do território nacional, a evidência é inconclusiva.

Pelos dados de ocupação das Contas Nacionais, não ocorreu uma perda da participação do emprego industrial no total do país entre 1992 e 2007, entretanto, registrou-se uma queda acentuada nos anos de 1990-1992. As informações do RAIS (que registra a evolução do emprego formal), ao apontar um declínio na relação entre 1995-2009, contraria esses valores.

De acordo com Oreiro e Feijó (2010), a literatura ao analisar o caso de desindustrialização no Brasil, apresenta evidências conclusivas do processo na economia brasileira durante o período de 1986-1998. No entanto, após as mudanças no regime cambial em 1998/1999 e do sistema de contas nacional do IBGE em 2007, os anos seguintes não possuem resultados consistentes.

Conforme Cruz e Santos (2011), do ponto de vista regional, a queda da parcela do emprego industrial em relação ao total do país gerou uma desconcentração da indústria. As regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro perderam importância, enquanto aumentaram as ocupações industriais no Estado do Paraná e de Santa Catarina.

Pela ótica microrregional, as microrregiões que mais perderam vagas estão localizadas em São Paulo. Contudo, as regiões com base industrial, especialmente no interior do Estado, ainda reduziram o número de empregos, especializaram-se nas indústrias com maior conteúdo tecnológico.

Lara (2011) afirma que a desindustrialização brasileira está ligada à persistência de valorização da moeda local. O autor, ao analisar a redução da parcela do emprego industrial no emprego formal e do valor adicionado gerado

pela indústria no período de 1994-2010, destaca que o processo foi interrompido entre os anos de 1999 até 2004.

Entre 1994-1999, ocorreu não apenas a queda na participação da indústria na criação de emprego e no PIB nacional, como também uma perda absoluta das ocupações industriais. No segundo período (2004-2010), repetiu os resultados da primeira, mas sem a queda absoluta no valor adicionado ou no emprego.

Segundo Carvalho e Carvalho (2011), quando comparada com outros setores, existe uma tendência natural de queda da redução da participação da indústria em termos de ocupação e do produto nas economias desenvolvidas. A desindustrialização nesses países seria um fenômeno natural.

No entanto, os autores afirmam que a desindustrialização na economia brasileira é preocupante, pois o país deveria ter alcançado o nível de produtividade e de renda *per capita* similar aos dos países desenvolvidos, antes de iniciar todo processo de perda de importância da indústria no PIB e no emprego.

Adotando uma mesma perspectiva, Messenberg *et al* (2011), indicaram duas diferenças entre a desindustrialização no Brasil e nos países desenvolvidos. Em primeiro lugar, destaca a diferença entre a renda *per capita* da economia brasileira e das nações avançadas economicamente. A segunda disparidade está relacionada à relação inversa entre os ganhos de produtividade e renda *per capita* que acontece atualmente no país tupiniquim.

Ao seguir a hipótese de desindustrialização a partir de indicadores pouco usuais na literatura, Squeff (2012) constatou que a participação do valor adicionado da indústria está reduzindo em termos do PIB. Entretanto, o mesmo não se pode afirmar sobre o emprego. As ocupações do setor se mantiveram constantes em relação ao total do país, desde de 1995, a proporção está praticamente em 13%.

O autor conclui o seu trabalho afirmando que os dados analisados corroboram e contrariam a tese que o processo seria prejudicial a economia brasileira. Para ele, esse fato não significa que a indústria foi afetada negativamente pelas mudanças estruturais a partir das reformas econômicas

de 1990 ou pela a apreciação cambial.

Contrapondo a visão de Squeff (2012), Cano (2012) destaca os efeitos negativos do processo para a economia brasileira e ressalta que, apesar dos custos para o Estado, a consolidação da indústria nacional é muito importante, dado a relação positiva entre progresso econômico e industrialização.

O autor sugere mudanças na taxa de juros em rigor e o fim da apreciação cambial para que o quadro da desindustrialização no Brasil seja revertido. Para ele, as medidas adotadas pelo governo brasileiro (desde de 1990) em geral são paliativas, pois não existe política industrial que se fortifique sem as devidas adequações no câmbio e no nível de juros da economia.

Conforme Soares *et al* (2011), ao utilizar os conceitos propostos por Tregenna (2009), não existe uma desindustrialização absoluta no Brasil, dado que o valor adicionado e o emprego do setor industrial têm aumentado. Entretanto, existe a perda relativa desses indicadores nas últimas décadas.

Os autores verificaram que para o caso brasileiro, a redução da parcela relativa da indústria ocorre em maior volume no produto do que no emprego. Dessa forma, segundo eles, a desindustrialização brasileira pode estar correlacionada ao dinamismo da economia ou às recessões.

Em contrapartida a essa visão, Marconi e Rocha (2012) salientam que a apreciação cambial como motor para o processo de desindustrialização no Brasil. Os testes estatísticos desenvolvidos pelos autores, demonstraram a associação positiva entre desvalorização do câmbio real e a maior participação relativa da manufatura no valor adicionado.

Além da taxa de câmbio, existe também o efeito nefasto do aumento da participação de insumos importados para a indústria do país. Os indicadores elaborados pelos autores para examinar o coeficiente da variável, exerceram impactos significantes e negativos sobre o setor industrial brasileiro.

Segundo Fishlow (2013), a atual conjuntura comercial do país, favorável às exportações de produtos agropecuários, diferem da dependência histórica do café pois ocorre devido ao aumento da produtividade do setor de

recursos naturais. O autor afirma que as *commodities* não são uma maldição para economia brasileira.

Corroborando com Fishlow (2013), Malan (2013) ressalta que as mercadorias agrícolas, dado a inserção de progressos inovativos e tecnológicos, são mais produtivas e possuem um nível de preços maior do que os produtos industriais. Assim, a queda da participação da indústria e aumento do setor agropecuário é um fato natural para atual estrutura econômica do país. Além disso, o pesquisador destaca a importância de separar os estudos rigorosos sobre desindustrialização, daqueles que não são relevantes.

Na mesma linha de pensamento, Bacha (2013) acentua que a perda de relevância da indústria brasileira da nação nas últimas décadas, tanto no valor adicionado como nível de ocupações, tem como uma provável explicação a prosperidade das transações externas baseadas em *commodities* no período de 2005 e 2011.

Silva (2014), em seu estudo sobre a desindustrialização e doença holandesa para o caso brasileiro, pontua que a valorização do câmbio prejudicou o país, pois além ser de um dos motores do processo de desindustrialização, levou a economia brasileira a uma dinâmica de intensa reprimarização.

Para Silva (2014), a doença holandesa no país é apenas relativa. O setor industrial apesar ter perdido relevância no valor adicionado e nas ocupações, continua tendo importância na pauta exportadora. Entretanto, é necessário mudar o regime de câmbio e resolver os problemas estruturais da economia brasileira.

De acordo com Torres e Cavalieri (2015), os indicadores mais usados no debate sobre a desindustrialização são viesados. O primeiro, que relaciona a participação do valor adicionado da indústria no PIB, tem o seu curso altamente influenciado pelas mudanças metodológicas das Contas Nacionais, de modo que seus dados só podem ser analisados a partir de 1995.

Contudo, o período em questão impossibilita as análises sobre como a indústria foi afetada pela abertura comercial/financeira no início da década

1990 e de que forma a adesão de uma política macroeconômica pautada na apreciação do câmbio e em juros altos influenciou a perda da atividade industrial. Além disso, a amostra é pequena para qualquer exame de caráter estrutural.

O segundo indicador, VTI/VBPI (razão entre o valor da transformação industrial e valor bruto da produção industrial), é inapropriado para comparar os setores da indústria, devido às atividades industriais desenvolvidas terem a tendência de apresentarem um valor mais baixo do VTI/VBPI e vice-versa. Além do mais, existem índices mais adequados para esse tipo de estudo, como por exemplo, o coeficiente de insumos importados.

Por outro lado, Hiratuka e Sarti (2015) destacam a falta de rigor no debate sobre desindustrialização no Brasil. Para os autores, as soluções apresentadas na literatura para amenizar o problema são paliativas e não produzem nenhum efeito prático quando se analisa o longo prazo da economia do país.

Da mesma forma que a abertura comercial, o aumento da poupança interna e a aplicação de condicionantes na relação entre produtividade e salário indicam que a dinâmica da perda de influência da atividade industrial não será revertida, a busca por uma taxa de câmbio industrial de equilíbrio pode ser uma premissa, mas não uma condição suficiente.

Dado o contexto e a estrutura industrial internacional, Hiratuka e Sarti (2015) sugerem como opções para fomentar a indústria na economia brasileira a adoção de medidas que gerem as atividades inovativas e o aumento da participação dos setores abundantes em tecnológica nos arranjos industriais do país.

Segundo Sampaio (2017), existem duas fases para indústria no Brasil. A primeira, entre 1930 e 1980, foi um período marcado por uma esplêndida industrialização: com uma rápida expansão industrial, acompanhada pela atuação estatal nos movimentos de diversificação do setor produtivo e da integração de segmentos modernos, com a articulação dos setores comerciais e industriais sob a liderança do Estado de São Paulo.

A segunda inicia a partir dos anos de 1980 e vai até o momento atual.

O período apresenta um crescimento econômico ínfimo ou até mesmo negativo, a estrutura produtiva perdeu a sua complexidade (aumento da participação dos setores de menor valor agregado), os segmentos modernos foram dissipados e a economia é regida pelas benesses do mercado, em especial do comércio internacional.

Além disso, o autor sublinha os aspectos nefastos da desindustrialização para o desenvolvimento regional. Segundo Sampaio (2017), a indústria é o motor para o progresso econômico de um país, com a perda da participação do setor, a economia brasileira tende a enfrentar problemas colossais para contornar o desemprego (ocasionado pelo fechamento das fábricas) e para minimizar as desigualdades locais.

Por sua vez, Pereira e Cario (2017) afirmam que existem quatro tipos de abordagens na discussão sobre o processo de desindustrialização na economia brasileira, que são por meio dos fundamentos estruturalista da CEPAL, da macroeconomia estruturalista do desenvolvimento, da ortodoxia econômica e do histórico-institucionalista-schumpeteriana.

A primeira vertente, ligada ao departamento de economia da UNICAMP, salienta que o processo de desindustrialização se inicia a partir da década de 1980 com a adoção de políticas macroeconômicas liberais que enfraqueceram o papel do Estado e, por consequência, provocou deterioração da estrutura produtiva do país.

Para os pesquisadores vinculados ao pensamento cepalino, a reversão do ciclo ocorrerá a partir do momento que forem implementados um modelo de “Social Desenvolvimentista”: crescimento dos gastos relacionados ao consumo de massa como forma de incentivar os empresários à investir.

A segunda linha de pensamento, que é vinculado a FGV-SP, tem como norte a visão “novo desenvolvimentista”, os autores descrevem o ciclo da perda de relevância da atividade industrial na economia brasileira como resultado de dois fatores: apreciação da taxa de câmbio (explicada pela doença holandesa e de maneira subjacente pelo nível de poupança externa) e pela tendência de crescimento da produtividade não seguir a mesmo caminho de expansão apresentada pelos salários.

Os autores da macroeconomia estruturalista do desenvolvimento sustentam que apenas um regime de crescimento voltado à exportação (*export-led*), sustentado por uma política cambial favorável a indústria local, reverte a dinâmica de desindustrialização e possibilita um progresso econômico sustentável para o país.

A abordagem da ortodoxia econômica associada à PUC-RJ, ressalta que o processo de desindustrialização é inerente ao sistema econômico brasileiro dado o excesso de intervenção do Estado. O grupo defende a abertura comercial, reformas pró-mercado (fiscal e tributária) e a inserção do país nas cadeias globais de valor, para que o Brasil possa superar os empecilhos de sua economia e ter o “*catching-up*”.

Por fim, a visão histórico-institucionalista-schumpeteriana (UFRGS) utiliza fatores econômicos e históricos para analisar a desindustrialização brasileira. Os estudiosos desta perspectiva enfatizam que o processo está relacionado principalmente a estratégia de desenvolvimento adotados pelos formuladores de políticas públicas do país. Segundo os autores, para modificar esse panorama é necessário um projeto de progresso econômico de longo prazo, uma nova estratégia institucional favorável à indústria e apoio à inovação.

De acordo com Diegues e Rossi (2018), a perda da importância do setor industrial foi acompanhada, no início dos anos 2000, por uma nova ordem organizacional e de acumulação da indústria no país, denominados pelos autores como “doença brasileira”. A dinâmica consiste em métodos de composição e aglomeração da indústria norteadas pela restauração das unidades produtivas como contraponto aos elementos competitivos das cadeias globais de valor, na expansão da demanda interna e na concentração das divisões industriais na oferta de *commodities* ao mercado exterior.

Os autores salientam ainda que a partir da década de 2010, a economia brasileira passou por outra transformação. O processo da “doença brasileira” teve seu fim com a retração do crescimento do país entre 2011 e 2016, dado que a estagnação deteriorou a taxa de lucro e o dinamismo do setor industrial de recursos naturais, ocasionados principalmente pelas

mudanças das políticas macroeconômicas que foram o alicerce de seu modelo no período de 2000 até 2010.

Peres *et al* (2018), ao investigarem os determinantes para a desindustrialização dos países desenvolvidos e em desenvolvimento para o período entre 1970 até 2015, realçam que independentemente da condição econômica e social, a queda da importância das atividades industriais de um país está coadunada à expansão da taxa de câmbio, da renda *per capita* e do grau de integração financeira. Entretanto, a influência positiva da abertura comercial depende da situação do setor manufatureiro da nação: caso seja avançado o resultado é significativo e na condição inversa, o efeito é inconclusivo.

De uma forma geral, este estudo procurou investigar as abordagens teóricas e empíricas sobre o processo de desindustrialização. Percebe-se que o tema ainda apresenta algumas questões que precisam ser melhores desenvolvidas e, para tal, sugere-se para os novos trabalhos: o exame referente aos impactos do regime cambial, da estrutura produtiva, do comércio internacional e do nível de crescimento econômico na análise da perda de participação do setor industrial para a economia brasileira.

CONCLUSÃO

Os estudos sobre o processo de desindustrialização no Brasil têm ganhando relevância na literatura. Apesar de ainda não existir um consenso sobre se o impacto é positivo ou negativo para a economia brasileira, o debate acadêmico conseguiu avançar na elucidação de suas causas e como devem ser examinadas.

Como pode ser visto no presente trabalho, as reformas macroeconômicas a partir da década de 1990, em especial as políticas relacionadas a apreciação cambial e a elevação da taxa de juros, influenciaram significativamente na queda da relevância da atividade industrial para o PIB e o emprego no país.

A grande discussão acerca deste tema ocorre sobre a importância do setor industrial para o desenvolvimento econômico. Enquanto autores

considerados como heterodoxos defendem a indústria como o motor para o progresso de um país, sem o avanço das atividades industriais é impossível para o Brasil alcançar um crescimento sustentável.

Os autores ortodoxos, por outro lado, ressaltam a importância do país se desenvolver independente do setor que conduza esse “*catching-up*”. Para essa linha de pensamento, o avanço dos ramos econômicos relacionados ao agronegócio teve um efeito positivo para a economia brasileira, dado que aconteceu basicamente por meio da elevação nos preços das *commodities* e do aumento da produtividade do setor.

Além disso, outro debate relevante sobre o assunto gravita em torno da série de dados disponibilizadas pelo IBGE/SCN (que retratam o valor adicionado da indústria) durante o período de 1947 até o presente, devido aos valores apresentarem um certo grau de viés. Essa tendência da série se deve às mudanças metodológicas nas Contas Nacionais em 1995, pois a nova métrica não foi unificada durante todo o período, ocorreu apenas a transição de valores constante para corrente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, G. S. de. **O boom das exportações brasileiras, reprimarização da pauta de exportação e desindustrialização: uma visão do Brasil entre 1999 e 2008.** 2010. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/28144>>. Acesso em: 03/12/2018.
- BACHA, E. L. Bonança extrema e desindustrialização: uma análise do período 2005 e 2011. In: BACHA, E. L.; DE BOLLE, M. B (orgs.). **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p.97-120.
- BONELLI, R. e PESSÔA, S. **Desindustrialização no Brasil: Um resumo da evidência.** IBRE/FGV, Texto para discussão nº7, mar. 2010.
- BRESSER-PERREIRA, L.C. **Brasil vive desindustrialização.** Economia & Tecnologia, v. 22, jul/set. 2010.
- CANO, W. **Industrialização, desindustrialização e políticas de desenvolvimento.** Revista FAAC, Bauru, v. 1, nº2, pp. 155-164, out. 2001/mar. 2012.
- CARVALHO, D. F.; CARVALHO, A. C. **Desindustrialização e reprimarização da economia brasileira contemporânea num contexto de crise financeira global: conceitos e evidências.** Revista Economia Ensaios, Uberlândia (MG), v. 26, nº 1, pp. 35-64, jul-dez, 2011.
- CRUZ, B.O.; SANTOS, I.R.S.S. **Dinâmica do emprego industrial no Brasil entre 1990 e 2009: uma visão regional da desindustrialização.** IPEA, Texto para discussão 1637, Rio de Janeiro, nov. 2011.
- DIEGUES, A. C.; ROSSI, C. G. **Além da desindustrialização: transformações no padrão de organização e acumulação da indústria em um cenário de “Doença Brasileira”.** Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n.291, dez. 2018.
- DE NEGRI, F.; DE NEGRI, J. A.; COELHO, D.; TURCHI, L. **Tecnologia exportação e emprego.** Brasília, Ipea, 2006.
- FISHLOW, A. Origens e consequências da substituição de importações: 40 anos depois. In: BACHA, E.; BALLE, M. B. (orgs.) **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 23-44.

- FONSECA, R. G. **Desindustrialização no Brasil – ser ou não ser**. Jornal O Estado de São Paulo, 06/12/2010.
- GONÇALVES, J. S. **Reprimarização ou desindustrialização da Economia Brasileira: uma leitura a partir das exportações para o período 1997-2010**. Análises e Indicadores do Agronegócio, v.6, n.12, dez. 2011.
- HIRATUKA, C; SARTI, F. **Transformações na estrutura produtiva global, Desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil: uma contribuição ao debate**. Texto para Discussão. IE/Unicamp, Campinas, n.255, jun. 2015.
- IEDI. **Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?** In: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, 2005.
- KUPFER, D. A indústria brasileira após a abertura. In: CASTRO, Ana C.; LICHA, Antônio; PINTO JR, Helder Q.; SABOIA, João (org.). **Brasil em Desenvolvimento v. 1: Economia, tecnologia e competitividade**. Rio de Janeiro, civilização Brasileira, 2005.
- LARA, F. M. **Desindustrialização: aspectos conceituais e evidências empíricas recentes sobre a economia brasileira**. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 7-18, 2011.
- LOURES, R. C.; OREIRO, J. L.; PASSOS, C. A. K. **Desindustrialização: a crônica da servidão consentida**. Economia & Tecnologia, ano 02, v.04, jan/mar. 2006.
- MALAN, P. Prefácio. In: BACHA, E.; BALLE, M. B. (orgs.) **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 7-11.
- MARCONI, N.; ROCHA, M. **Taxa de câmbio, comércio exterior e desindustrialização precoce – o caso brasileiro**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, pp. 853-888, dez. 2012.
- MARQUETTI, A. A. **Progresso técnico, distribuição e crescimento na economia brasileira: 1955-1998**. Estudos Econômicos, vol. 32, nº1, 2002.
- MESSENBURG, R. (org). **Desindustrialização no Brasil: Apontamentos para um debate em favor do desenvolvimento econômico**. Conjuntura Econômica em Foco, IPEA, n.18, ano 4, mar. 2011.
- NAKAHODO, S. N. e JANK, M.S. **A falácia da “doença holandesa” no**

- Brasil.** In: Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais – ICONE. Documento de Pesquisa, São Paulo, mar. 2006.
- NASCIMENTO, C. A. N.; CARDOZO, S. A.; CUNHA, S. F. **Reprimarização ou dependência estrutural de commodities? O debate em seu devido lugar.** 2009, (mimeo).
- NASSIF, A. **Há evidências de desindustrialização no Brasil?** BNDES. 2006, (Texto para Discussão nº 108).
- OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. **Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro.** Revista de Economia Política. v. 30, nº2, pp. 219-232, abr/jun. 2010.
- PALMA, G. **Quatro fontes de desindustrialização e um novo conceito de doença holandesa.** Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento. Organizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, Centro Cultural da FIESP, 28 ago. 2005.
- PEREIRA, W. M.; CARIO, S. A. F. **Indústria, Desenvolvimento Econômico e Desindustrialização: Sistematizando o debate no Brasil.** Economia e Desenvolvimento, Santa Maria, v.29, n.1, p.587-609, jan/jul. 2017.
- PERES, S. C.; ARAÚJO, E.; ARAÚJO, E.; PUNZO, L. **Uma investigação sobre determinantes da desindustrialização: teorias e evidências para os países desenvolvidos e em desenvolvimento (1970-2015).** In: Anais do Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira “Desafios para a Economia Brasileira: uma perspectiva keynesiana”, Porto Alegre (RS), Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.
- RIBEIRO, R. A. **A determinação do emprego e a desindustrialização.** In: Anais do III Encontro Nacional de Economia Política, Niterói – RJ, 1998.
- ROWTHORN, R., RAMASWAMY, R. **Growth, trade and desindustrialization.** Staff Papers, vol. 46, n.1, 1999.
- SAMPAIO, D. P. Desindustrialização e desenvolvimento regional no Brasil (1985-2015). In: NETO, A. M; CASTRO, C. N. de; BRANDÃO, C. A. (org.). **Desenvolvimento Regional no Brasil - Políticas, estratégias e perspectivas.** Brasília, IPEA, 2017, p.369-396.

- SCHWARTSMAN, A. **Uma tese com substâncias**. Folha de São Paulo, v. 19, p. 08-09, 2009.
- SERRA, J. **A indústria faz a diferença**. Jornal O Estado de São Paulo, 26/05/2011.
- SILVA, J. A. **Desindustrialização e doença holandesa: o caso brasileiro**. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 41, nº 3, pp. 67-82, 2014.
- SOARES, C.; MUTTER, A.; OREIRO, J.L. **Uma análise empírica dos determinantes da desindustrialização no caso brasileiro (1996-2008)**. In: Anais do XVI Encontro Nacional de Economia Política, IE/UFU, Uberlândia, jun. 2011.
- SQUEFF, G. C. **Desindustrialização: luzes e sombras no debate brasileiro**. IPEA, Brasília, jun, 2012 (Texto para Discussão, nº 1747).
- TORRES, R.L.; CAVALIERI, H. **Uma crítica aos indicadores usuais de desindustrialização no Brasil**. Revista de Economia Política, vol. 35, nº 4, pp. 859-877, out/dez. 2015.
- TREGENNA, F. **Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally**. Cambridge Journal of Economics, v.33, 2009.